

Da Costa, Samira Lima; De Castro e Silva, Carlos Roberto. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade

Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade

Affection, memory, community struggles, social participation and community senses

Afecto, memoria, lucha, participación y sentidos de comunidad

Samira Lima da Costa¹

Carlos Roberto de Castro e Silva²

Resumo

O texto tem como objetivo central promover uma discussão acerca da produção dos sentidos de comunidade a partir dos afetos, da memória coletiva e da luta comunitária, considerando diferentes formas de participação social e seus elementos potencializadores. Utiliza de forma ilustrativa para a discussão duas experiências distintas (um grupo de integrantes de uma OnG e um grupo de pescadores artesanais). A reflexão se conduz em torno das potências comunitárias geradas, evidenciadas e fortalecidas pelos processos grupais de produção de sentidos de comunidade. As experiências de afetos, das memórias individuais e coletivas, das lutas, das intrigas e desavenças, das coesões e das coerções, da cotidianidade e da participação social apoiam a produção de movimentos coletivos – não sem embates e enfrentamentos internos. A perspectiva da comunidade é compreendida a partir da inevitável correlação de forças que atuam em um coletivo, produzindo tensões, negociações, convergências e divergências, aglutinações duradouras e temporárias. Os sentidos de comunidade, portanto, se compõem a partir da permeabilidade e fluidez do grupo, por um lado, e da coesão e força, por outro, favorecendo a identificação de problemas em comum e a luta coletiva por soluções.

Palavras-chave: Sentidos de Comunidade; Afeto; Luta; Memória; Participação Social.

Abstract

The text has as its main objective to promote a discussion on the production of the notions of community based on the affections, on the collective memory, and on the community struggle, considering different forms of social participation and its potentiating elements. It uses, as illustration for the discussion, two different experiences (one group of members of an NGO and a group of artisanal fishers). The reflection is conducted around the community potencies generated, evidenced, and strengthened by the group processes of production of notions of community. The experiences of affections, the individual and collective memories, the struggles, the intrigues and disagreements, the cohesions and coercions, the daily lives and the social participation support the production of collective movements – not without internal conflicts and confrontations. The perspective of the community is understood from the inevitable relation of strengths, which act in a collectivity, producing tensions, negotiations, convergences, and divergences, lasting and temporary aggregations. The notions of community, therefore, are made up of the permeability and fluidity of the group, on one side, and of the cohesion and strength, on the other side, favoring the identification of common problems and the collective struggle for solutions.

Keywords: Notions of Community; Affection; Struggle; Memory; Social Participation.

Resumen

El texto está dirigido principalmente a promover una discusión acerca de la producción de los sentidos de comunidad desde los afectos, de la

¹ Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ. Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ, 2008). Mestre em Metodologia de ensino (UFSCar, 2002); Especialista em Saúde Coletiva (UFSCar, 1996). E-mail: biasam@uol.com.br

² Professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo, Baixada Santista (UNIFESP). Pós-Doutor em Ciências Sociais pela University of Western Ontario, Canadá (2006). Doutor em Psicologia Social (USP, 2004). Mestre em Psicologia Social (PUC-São Paulo, 1998). Especialista em Saúde Coletiva (USP). E-mail: carobert3@hotmail.com

Da Costa, Samira Lima; De Castro e Silva, Carlos Roberto. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade

memoria colectiva y de las luchas comunitarias, teniendo en cuenta las diferentes formas de participación social y sus elementos reforzadores. Utiliza como ejemplo para discusión dos experiencias distintas (un grupo de miembros de una ONG y un grupo de pescadores artesanales). La reflexión se lleva a cabo en torno de la potencia comunitaria, generada, destacada y reforzada por los procesos grupales de producción y sentido de comunidad. Las experiencias de afecto, de memorias individuales y colectivas, luchas, intrigas y desavenencias, las cohesiones, la coerción de la vida cotidiana y la participación social apoyan la producción de movimientos colectivos - no sin conflictos internos y enfrentamientos. La perspectiva de la comunidad es entendida a partir de la correlación inevitable de fuerzas que actúan sobre un colectivo, que producen tensiones, negociaciones, acuerdos y desacuerdos, agregaciones, perdurables y temporales. Los sentidos de comunidad, por lo tanto se componen a partir de la permeabilidad y la fluidez del grupo, por un lado, y de la cohesión y la fuerza, por otro, favoreciendo la identificación de problemas comunes y la lucha colectiva por soluciones.

Palabras clave: Sentidos de Comunidad; Afecto; Lucha; Memoria; Participación Social.

Apresentação

Em um momento histórico marcado pelo avanço da globalização econômica e da comunicação – e suas consequências imediatas: o incremento de redes sociais virtuais e da valorização de ações filantrópicas –, as pessoas vivem a sensação de estar em contato permanente com todo o mundo. Somos capturados diariamente pelo ritmo frenético de informações midiáticas, que nos convoca a compartilhar eventos e experiências, a reconhecer e seguir celebridades, que desaparecem com a mesma velocidade que surgiram.

Essa mesma velocidade e volatilidade dos fenômenos que emergem e submergem na mídia nos salvam de um mergulho mais intenso e profundo no significado da notícia, protegendo-nos de uma implicação emocional e ética referentes a tais fenômenos. Assim, pouco ou nada tocados pelos fenômenos que nos rodeiam, vamos ficando impermeáveis, talvez pouco sensíveis, e voltamos para nossa rotina tão mais superficial quanto mais veloz, já sedentos de “outras novidades”, novas sensações que nos mantenham conectados a esse frenesi coletivo.

Apesar dessa breve caricatura de um cotidiano comum a todos nós, podemos verificar que existem ainda vias de afetação, caminhos que vêm sendo trilhados por grupos que se negam a manter-se na superficialidade de certos fenômenos, se implicando com eles e/ou sendo por eles atravessados. Quais seriam os caminhos pelos quais se tem construído vínculos sociais comprometidos e produtores de transformações sociais?

A globalização, em franca expansão na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que pasteuriza e impõe – com a quebra das fronteiras – a destruição de hábitos e costumes nacionais, promove a valorização de culturas locais e seus valores (Santos, 2000). Nos interstícios da sociedade os microespaços comunitários – virtuais ou não – tornam-se refúgios propiciadores da constituição de identidades sociais mais fortes, produzindo formas de interação entre as pessoas que facilitam a construção, no espaço público, de alternativas mais solidárias e tolerantes de convivência social (De Castro-Silva, 2013).

No presente estudo, propomos discutir as potências existentes em determinados movimentos comunitários, formais ou não, em torno de questões e situações coletivas, produzindo, fortalecendo e dando visibilidade às

formas alternativas de convivência comunitária e de participação social (Sawaia, 1996; Maciel & Costa, 2009; Montero, 2003).

Essa discussão pretende destacar a dimensão dos afetos e da memória coletiva no processo de construção de novas formas de sociabilidade política, mais especificamente de convivências democráticas (Stewart, 1995; Sawaia, 2002, Montero, 2007, Gohn, 2010).

A categoria e os sentidos de comunidade

A comunidade como categoria de análise vem sendo revisitada, passando por novas leituras ditadas pelas transformações do mundo (Bauman, 2003). Com a globalização e com a aceleração das comunicações, diminuindo ou relativizando distâncias, é preciso rever o conceito de comunidade, entendendo-o como inerentemente paradoxal, uma vez que se trata, ao mesmo tempo, de categoria de integração e de autonomia, de diferenciação e de identificação. A comunidade é um conceito que está presente de forma intermitente na história e acompanha o conflito entre o coletivo e o individual, nos estudos sobre o vínculo entre as pessoas e suas consequências (Costa, 2008; De Castro-Silva, 2012).

Na história da relação entre individualidade e comunidade, segundo Sawaia (1996), o movimento individualista surgiu para fazer frente à ordem feudal injusta, que levava para a sociedade iluminista resquícios de dominação e exploração pautados na lógica da interdependência básica do período medieval. Esse movimento individualista e anticomunitário ganhou força com as revoluções francesa e industrial. Para aqueles que defendiam o racionalismo econômico, a ideia de comunidade era um inimigo do progresso tão desejado, pois indicava intenções de retrocesso à ordem feudal.

Ferdinand Tönnies (1957) apresentou os retratos ideais-típicos das formas de associação social, a partir de contrastes entre a natureza solidarística de relações sociais na Comunidade e as relações em grande escala e impessoais nas Sociedades industrializadas. Introduziu assim o dualismo “sociedade/comunidade” no discurso científico contemporâneo.

McMillan y Chavis (1986) e Montero (2007) apontam para a existência de um *sentido de comunidade*, que seria o sentimento de pertença e de importância mútua existente entre os membros de uma comunidade, produzido nas

relações cotidianas, entre convergências, divergências e conflitos. Esses autores identificam como característica dos sentidos de comunidade a crença compartilhada pelo grupo de que suas necessidades serão satisfeitas a partir do compromisso de estar juntos. O sentido de comunidade, para esses autores, “és función de una comunidad específica. No se puede hablar de un abstracto, sino a partir de la experiencia de comunidad” (Montero, 2007, p. 218). É especificamente nessa perspectiva que Costa e Maciel (2009) avançam na discussão, referindo-se não “ao sentido de comunidade”, mas “aos sentidos da comunidade”.

O conceito de comunidade precisa transbordar as concepções que a restringem a um coletivo difuso e harmônico (Costa & Maciel, 2009; Sawaia, 2006; D’ávila Neto, 2002; Moreira & Castro-Silva, 2013), devendo compreender os grupos de forma complexa, comportando dilemas e paradoxos. Assim, ao mesmo tempo em que se trata de um coletivo é preciso que comporte também a individualidade, o que afasta a ideia de um conjunto que só existe enquanto unidade consensual. Se por um lado podemos afirmar que “comunidade” significa uma rede de relações estabelecidas com algum propósito comum, por outro, precisamos compreender que há certa fluidez dos vínculos, ligada a alguns elementos que aglutinam de forma dinâmica a vida de seus membros (Costa, 1998). É preciso, pois, entender quais elementos e fenômenos mobilizam os integrantes de uma comunidade, convocando-os à participação social. É preciso atentar para a complexidade da temática da participação social, pois no contexto capitalista em que vivemos a participação parece algo extrínseco à vida das pessoas, como um “mal necessário” ou um instrumento de legitimação protocolar, reforçando ações individualistas regidas pela lógica do lucro.

Aqui, longe de acolher o tema da participação social apenas como a organização civil para o controle social (previsto e, de certa forma, impellido pelas políticas públicas), propõe-se compreendê-la como toda possibilidade de atuar socialmente, criada, conquistada, negociada e inventada no coletivo; a participação social seria, portanto, o próprio exercício da convivência e da vida coletiva. E é na diversidade de movimentos de participação produzidos e sustentados no interior das comunidades que se manifestam suas potências criativas de inventar a vida, orquestrando tensões e concessões, negociações, cooptações e embates.

Os movimentos comunitários

Segundo Castells (1999), vivemos numa sociedade marcada pelo avanço tecnológico, expressando um capitalismo que, ao mesmo tempo em que inova e traz esperanças, também traz desespero. Em contrapartida, o autor percebe movimentos de atores sociais que buscam a valorização das culturas locais e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. “Incorporam movimentos de tendência ativa, voltados à transformação das relações humanas em seu nível mais básico” (p. 18). Na tensão entre essas tendências forja-se a construção social de novas identidades.

A partir de estudos sobre organizações de base comunitária, De Castro-Silva (2004) investe esforços em aprofundar essa questão, segundo as identidades comunitárias propostas por Castells (1999): 1. *Identidade legitimadora*: por meio das instituições dominantes, reforça os padrões de sociabilidade e valores éticos/políticos vigentes na sociedade; 2. *Identidade de resistência*: por meio de atores sociais em posições desvalorizadas/condições desfavoráveis e/ou estigmatizadas, criam uma resistência e formas de vivência e valores éticos/políticos antagônicos àquilo proposto pelas instituições dominantes; 3. *Identidade de projeto*: por meio de atores sociais que propõem novas posturas e valores que alteram a estrutura social, gerando consequências nas estruturas de produção, reprodução socioeconômica, inclusive, quanto aos padrões historicamente estabelecidos.

Para ilustrar a discussão da temática proposta, apresentaremos brevemente dois grupos estudados: um de pescadores artesanais e um de membros de uma OnG.

Os pescadores artesanais foram acompanhados numa pesquisa desenvolvida ao longo de seis anos. Segundo Costa (2008), esses pescadores viviam a cultura caiçara havia gerações e, devido ao crescimento urbano que se impôs ao seu redor, se viram diante da necessidade de transformar essa cultura em uma causa coletiva a ser defendida, num movimento com certa intenção conservadora, assemelhando-se à identidade legitimadora, proposta por Castells (1999), que tem como marca a permanência social das coisas, na forma como que já existem.

O outro grupo é composto por integrantes de uma OnG/Aids, acompanhados em pesquisa durante cinco anos. Segundo De Castro-Silva

(De Castro-Silva & Cavichioli, 2013), essas pessoas se uniram em torno de uma causa em comum (a Aids e suas consequências), construindo em torno dela uma cultura, num movimento coletivo semelhante à identidade de projeto, de Castells (1999), que tem como marca a intenção de transformação social.

Tanto no grupo que transformou sua cultura em uma causa a ser defendida quanto naquele que transformou sua causa em uma cultura a ser difundida, houve momentos em que a identidade não se constituiu nem como legitimadora nem como de projeto. Esses coletivos viveram momentos nos quais sua organização assumiu a identidade de resistência, conforme proposição de Castells (1999), que tem como marca certo sentido bélico, com tendências à homogeneização interna do grupo. A apresentação dessas comunidades ao longo do texto tem por propósito ilustrar a discussão que pretendemos realizar.

Afetos, memórias e solidariedade: perspectivas em análise

Os afetos que mobilizam um grupo se definem pelas forças de coesão e difusão, que aglutinam, tensionam e reorganizam coletivos. A partir de situações, fenômenos e eventos que produzem diferentes sentidos de integração entre seus membros, uma comunidade produz ora mais ora menos afetos aglutinadores, apoiados tanto em sentimentos de pertença e cumplicidade, construindo experiências de solidariedade, quanto em sentimentos de divergência, tensionando e buscando, de forma mais ou menos bélica, campos possíveis de negociação. Os integrantes de uma comunidade trazem para esse coletivo suas memórias pessoais e familiares, e constroem com outros integrantes as memórias coletivas, que segundo Halbwachs (2006, p. 51) é a memória de um grupo, “[...] na qual se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele”.

A memória coletiva é sempre um projeto inclusivo. Em sua construção, cabem diferentes narrativas e interpretações, familiaridades e estranhamentos, congruências e distensões, agonismos e antagonismos. A memória coletiva, nesse caso, se constituiria a partir da necessária diversidade que caracteriza o grupo (Costa & Maciel, 2009). Os afetos aglutinadores e as

memórias coletivas de uma comunidade se organizam em torno do que existe em comum na heterogeneidade.

A OnG estudada reúne entre seus integrantes tanto portadores do vírus HIV quanto familiares e simpatizantes do movimento de uma forma geral. É principalmente a identificação da discriminação, falta de apoio e de solidariedade, que leva à procura ou ao encaminhamento para uma OnG. Essa iniciativa de procurar uma ONG singulariza essas pessoas em relação a todas as outras que não procuram esse tipo de instituição. A vinculação à OnG se apoia na percepção de que aquele pode ser um espaço para troca de experiências que ajudem a superar todas as vicissitudes suscitadas pela convivência com o HIV/Aids (Castro-Silva & Cavichioli, 2013). Segundo De Castro-Silva, (2009) a maneira de os integrantes lidarem ou compreenderem a discriminação e o estigma passa pela reelaboração de valores éticos e políticos. Os integrantes da OnG, portadores ou não do vírus HIV, expressam uma solidariedade baseada na possibilidade de uma identificação entre eles, aliando essa luta a outras já existentes, como os movimentos contra opressões de gênero, de orientação sexual ou de classe social, pois percebem dimensões de suas vidas que os tornam também vulneráveis. Nessa perspectiva, apresentam a vulnerabilidade como elemento irrestrito, ao qual toda a humanidade está exposta. Por esse motivo, entende-se essa luta como ferramenta de solidariedade, pois não se cuida só de si mesmo, mas de todos, inclusive daqueles que não têm o vírus da Aids. Pode-se compreender a solidariedade como potência coletiva para a transformação social, que apoiará e ajudará a suportar os desgastes provocados pela luta.

É nesse sentido que há uma identidade comunitária de resistência, em princípio (contra o vírus, contra o estigma, contra a morte, contra a solidão), que se transforma em identidade de projeto, ao passar a ser propositiva e vislumbrar transformações sociais (Castells, 1999).

Da mesma forma que entre os integrantes da OnG, os pescadores artesanais apresentaram a solidariedade como elemento próprio à vida em comum; a solidariedade não seria vista como categoria oposta às divergências comunitárias, mas colocada no mesmo patamar, como composição de forças inerentes à convivência. Nesse caso, entretanto, não foi a luta que os aproximou, mas, ao contrário, aproximaram-se pelo cotidiano vivido juntos, em torno da cultura caiçara – as festas, o trabalho, as cerimônias, o

cotidiano, as desavenças – e, em determinado momento de suas vidas, viram-se impelidos a transformar essa cultura em uma causa. Aqui, mais uma vez a solidariedade se apresenta como potência da comunidade.

Também entre os pescadores a memória ganha destaque no processo de luta comunitária. Porém, nesse caso, são as memórias coletivas e não as pessoais que ganham centralidade, atuando como amálgama do grupo e dando sentido à sua nova causa, ao destacar o desejo de preservar a região da mesma forma que era “antigamente”. As divergências internas se mantêm ao longo das lutas que se vão firmando, e contribuem para ir evidenciando as forças e os movimentos existentes no grupo, a partir dos quais se podem estabelecer guerrilhas, negociações e concessões, tanto internamente quanto no diálogo com o “outro”, o “não caçara”. Há no processo certo investimento conservador/legitimador, que vai em busca de garantir os padrões de sociabilidade e valores ético-políticos vigentes naquela comunidade, antes das mudanças indesejadas (Castells, 1999).

Entretanto, esse grupo não assume por muito tempo a identidade legitimadora, pois deixa de ser dominante, mesmo que em sua própria localidade, passando a assumir a identidade de resistência (também de acordo com Castells, 1999). Como lembra Halbwachs (2006), o próprio desejo de *conservar* requer certa resistência.

Para se manifestar, essa resistência deve emanar de um grupo. Sim, é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem, perturbem e desconcertem alguns indivíduos em seus hábitos. [...] Esses pesares ou essas inquietações individuais não têm consequências porque não tocam a coletividade. Ao contrário, um grupo não se contenta em manifestar o que sofre, em se indignar e protestar na hora. Ele resiste com toda a força de suas tradições e essa resistência tem suas consequências (Halbwachs, 2006, p. 164-165).

Nesse caso, a constatação da existência de um *Outro* que se aproxima e ameaça o que já havia ali traz para essa luta legitimadora aspectos de uma identidade de resistência. A esse respeito, Costa e Carvalho (2012) sugerem o conceito de “território do saber local”, em contraposição (e muitas vezes em movimentos de resistência) às imposições de saberes e culturas externos à comunidade. É preciso ressaltar, entretanto, que a constituição de um *Nós* que resiste não significa

nem implica em homogeneidade de ações e intenções coletivas. A construção dos sentidos de comunidade se estabelece em correlação de forças, num processo dinâmico, fluido e complexo. Diferentes combinações e ajustes ocorrem a todo tempo e em diferentes direções. Dessa forma, pode-se dizer que as barreiras – físicas, existenciais e virtuais – se constituem como um elemento componente do processo coletivo de produção de sentidos de comunidade, mas não são necessariamente seu marco ou seu limite.

Nas memórias dos pescadores artesanais, as dificuldades compartilhadas emergem ora de forma dourada (na figura nostálgica da evocação dos “bons tempos...!”), ora de maneira tensa e ressentida, como se algo se tivesse perdido e toda a responsabilidade fosse de um “outro” inominável – talvez materializado na figura personificada do *tempo*. Tais movimentos parecem dar hoje àqueles moradores coesão e cumplicidade nos processos de aglutinação em torno da resistência. Tanto as tensões internas quanto as construções bélicas de encontros com este “outro” parecem fortalecer, nesse grupo, certos sentidos de comunidade.

Nesse contexto, a solidariedade se destaca como potência de vida do grupo, caracterizando-se como apoio mútuo e cumplicidade, e tem seu sentido enlaçado pelos sentidos de familiaridade, vizinhança e apadrinhamento. Não há um intuito claro de provocar participação ou de conquistar reivindicações. Ela é inerente à convivência, assim como os conflitos.

A participação social em construção

A delimitação do campo de ação em torno de uma causa nos convoca a rever certas propensões e exigências de um tipo de participação que seja voltado apenas para o bem comum, descolado do contexto e de uma trajetória de vida marcada por adversidades. A qualidade da participação social, de fato, está associada à possibilidade de formação de vínculos que valorizem as experiências. É um instrumento que almeja formas afirmativas de superação dos efeitos da violação de direitos sociais. Entretanto, esvazia-se de sentido quanto mais se constitui em projeto protocolar; por outro lado, cresce em potência tanto mais se molda aos diferentes relevos e contornos, valorizando os modos e os momentos das comunidades em que se produz (De Castro-Silva, 2009,2013).

As dificuldades inerentes aos movimentos de aglutinação e luta a partir da experiência da dor

ajudam a compreender os dilemas vividos pelos integrantes dessas comunidades, na construção de uma convivência bélica e solidária, tensa e acolhedora, convergente e divergente. Identifica-se que a OnG se oferece como espaço de acolhida para, em seguida, se caracterizar como agente aglutinador, tendo a mobilização de afetos, a escuta das memórias e a produção de certos sentidos de comunidade como ferramentas para a participação social nas lutas em torno da Aids. Assim, a participação social é como uma das finalidades da OnG.

Já a comunidade de pescadores goza de laços relacionais fortes, anteriores aos fatos que levam à busca de legitimação de certos sentidos de comunidade. Dessa forma, ao surgirem os “outros” a organização emerge, mas apenas como recurso momentâneo, não sendo maior nem mais poderoso do que os laços que já existiam. A participação social pelas vias oficiais (instituídas como controle social) pode ser uma das possibilidades de organização em comunidade, mas está longe de ser a mais relevante. A participação social, neste caso, se caracteriza mais pela construção cotidiana das relações comunitárias, que passam a incorporar em sua pauta a luta em questão.

Considerações finais: sobre afetos, memória e participação social

A apreensão da dimensão afetiva nos serve de fio condutor na compreensão da trajetória dessas comunidades no enfrentamento de problemas coletivos: o diagnóstico de Aids para os integrantes da OnG; a transformação compulsória do lugar onde vivem, para os pescadores artesanais. No processo de identificação pela resistência, esses grupos passam por uma trajetória de reconhecimento e produção de sentidos de comunidade pela convivência e pela identificação, mas também pela dor e pela indignação.

No encontro com as comunidades aqui apresentadas, identifica-se que a noção de *comunidade* é um aspecto da relação que permeia as narrativas e as manifestações de afetos, na tentativa de dar ao movimento coletivo um caráter de união.

A solidariedade não se caracteriza como elemento romântico e despolitizado; a solidariedade se manifesta como posicionamento e opção política, fundante e mantenedora do próprio movimento. Não fosse a perspectiva da mobilização de afetos, escuta de memórias e

produção de pertencimento, não fosse a tolerância e a solidariedade, tais movimentos ganhariam menos, ou perderiam mais, em seus campos reivindicatórios. É preciso, assim, ampliar a perspectiva da participação para compreendermos outros modos de constituição dos movimentos também como participativos, rejeitando as margens conceituais do controle social *strictu sensu*.

Considerando os dois grupos apresentados, verificamos que a mobilização de afetos – por meio da memória coletiva e da luta – parece ter atuado como elemento aglutinador dos grupos, favorecendo a produção de sentidos de comunidade e a busca comum por soluções, não sem embates e enfrentamentos internos. Em outras palavras, os sentidos de comunidade são mobilizados no e pelo coletivo, impulsionando a participação social em torno da construção de identidades que se transformam conforme os diferentes contextos sócio-históricos.

Referências

- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 144p.
- Câmara, C. & de Lima R. (2000). Histórico das ONGs/AIDS e sua contribuição no campo das lutas sociais. *Cadernos ABONG*, São Paulo, 28, 29-74.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade volume II*. São Paulo: Paz e Terra. Retrieved from <https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/castellsm-o-poder-da-identidade-cap-1.pdf>
- Castro-Silva, C. R. (2012). Comunidade e prevenção de HIV/AIDS. In: Vera Paiva; Gabriela Calazans; Aluísio Segurado. (Org.). *Vulnerabilidades e direitos humanos: Prevenção e promoção da saúde*. Curitiba: Juruá, p. 101-122.
- Costa, I. T. M., Meihy, J. C. S. B., Siqueira, S. A., Almeida, R. S. & Universidade do Rio de Janeiro. (1998). *Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasil: Mestrado Memória Social e Documento, UNI-RIO.

- Da Costa, Samira Lima; De Castro e Silva, Carlos Roberto. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade
- D'ávila Neto, M. I. (2002). A porta, a ponte e a rede. Reflexões para pensar o conceito de rede e o conceito de comunidade. *Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável*. Rio de Janeiro: UNESCO. Recuperado de http://www.gpsdc.org.br/gaia/catedra/art_in_apor.htm
- Da Costa, S. L. (2008). *Os sentidos da comunidade: construções interacionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória/ES*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Doutorado. Recuperado de <http://pos.eicos.psicologia.ufjf.br/wp-content/uploads/samiralima.pdf>
- Da Costa, S. L. & de Carvalho, E. N. (2012). Agentes Comunitários de Saúde: agenciadores de encontros entre territórios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(11), 2931–2940. doi:10.1590/S1413-81232012001100010
- Da Costa, S. L. & de Freitas Barros Maciel, T. M. (2009). Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 60–72.
- De Castro e Silva, C. R. (2004). *A politização da dor e da indignação de pessoas que vivem ou convivem com o HIV/Aids: a participação política em uma ONG como forma de fortalecimento psicossocial*. Universidade de São Paulo. Recuperado de <file:///C:/Users/Andreia/Downloads/TesePD F2005A.pdf>
- De Castro-Silva, C. R., Hewitt, W. E., Sabourin, S., Calixto, S., Santos, E. & Richard, S. (2008). AIDS-NGO and political participation: Brazilian and Canadian experiences. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 18(6), 615–629. doi:10.1002/casp.
- Elias, N. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- McMillan, D. W. & Chavis, D. M. (1986). Sense of Community: A Definition and Theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6–23. doi: 10.1002/1520-6629(198601)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I
- Montero, M. (2003). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2007). *Introducción a La psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. 1ª ed. Buenos Aires, Paidós.
- Santos, B. S. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: Capinha, G; Feldman-Bianco, B. (2000). (Org.) *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Hucitec. 2000.
- Santos, B. S. (1994). Subjetividade, cidadania e emancipação. In: *Pela mão de Alice*. Rio de Janeiro: Cortez.
- Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: Campos, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2001). Participação social e subjetividade. In: *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP.
- Sawaia, B. B. (2002). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. 4. ed. In: *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial*. São Paulo: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2006). Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: Campos R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária:*

Da Costa, Samira Lima; De Castro e Silva, Carlos Roberto. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade

da solidariedade à autonomia. 14ª Ed.
Petrópolis, Vozes.

Silva, C. R. C. (2009). A amizade e a politização de redes sociais de suporte: Reflexões com base em estudo de ONG/AIDS na grande São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 18(4), 721–732. doi: 10.1590/S0104-12902009000400015

Tönnies, F. (1957). *Community and Society: Gemeinschaft und Gesellschaft*. Michigan: The Michigan State University Press.

Recebido em: 21/08/2014
Aprovado em: 18/09/2015